

DOSSIÊ

Inovação e tradição na História Transnacional dos Saberes e Práticas Educacionais

“Educadores da raça”: metáfora política da circulação transnacional de ideias de inclusão racial no início do século XX¹

“Schoolmasters to his Race”: Political Metaphor of the Transnational Circulation of Ideas of Racial Inclusion in the Early Twentieth Century

Jonatas Roque Ribeiro^a

jrribeiro@usp.br

RESUMO

O artigo analisa aspectos da biografia de José Eutrópio (1886-1929) como ponto de partida para examinar a circulação transnacional de ideias sobre inclusão racial no início do século XX. Em diálogo com outros intelectuais negros do Ocidente, o educador brasileiro estudou as diferentes correntes das teorias raciais e as múltiplas expressões das ideologias raciais então em circulação. Essas formulações foram apropriadas como recursos político-intelectuais para a construção de princípios educacionais destinados à educação formal no Brasil. O artigo investiga esses processos históricos, examinando como a escola se tornou uma metáfora central nos debates sobre direitos civis e políticos de movimentos negros transnacionais. Além disso, analisa a historicidade do racismo na educação escolarizada e os processos de formulação de estratégias educacionais voltadas ao combate desse marcador social.

Palavras-chave: Inclusão racial. História Transnacional. Racismo. José Eutrópio.

ABSTRACT

This article analyzes aspects of José Eutrópio (1886-1929) biography as a starting point to examine the transnational circulation of ideas on racial inclusion in the early twentieth century. In dialogue with other Black intellectuals from the Western world, the Brazilian educator studied different currents of racial theories and the multiple expressions of racial ideologies that were in circulation at the time. These formulations were appropriated as political-intellectual resources for the development of educational principles aimed at formal education in Brazil. The article investigates these historical processes, examining how the school became a central metaphor in the civil and political rights debates of transnational Black Movements. Additionally, it analyzes the historicity of racism in formal education and the processes of formulating educational strategies to combat this social marker.

Keywords: Racial Inclusion. Transnational History. Racism. José Eutrópio.

^a Doutor em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil; Pesquisador colaborador, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

¹ Este artigo é resultado de investigações realizadas no projeto de pesquisa “Forjando redes afro-atlânticas: experiências negras, racismo e a escola no circuito transnacional do pós-abolição”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/15052-5, e vinculado ao projeto temático “Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)”, processo FAPESP nº 2018/26699-4, ambos desenvolvidos na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Introdução

Entre 1919 e 1925, o advogado, professor, inspetor escolar e jornalista José Eutrópio (1886-1929) assinou a coluna de crônicas políticas “Pela Instrução”, uma das seções do *Correio de Minas*, jornal publicado na cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais². Nesta coluna, o educador, a partir da experiência como professor e inspetor escolar, discutiu temas e questões relacionadas às assimetrias e outras formas de desigualdades raciais que estruturavam o modelo escolar de educação formal presente na escola primária pública brasileira. Em um desses artigos, afirmou que as escolas adotavam o “preconceito contra a raça de cor” enquanto “método de ensino”. Para modificar tal cenário, sugeriu a adoção de manuais escolares que ensinassem os “heroísmos e o valor infatigável da raça negra na construção da nacionalidade [brasileira]”. Essa forma de “igualitarismo racial, não como uma utopia, mas como uma aspiração fraterna do aperfeiçoamento social do homem, faculta[ria] o dinamismo da inteligência, acende[ria] o estímulo, educa[ria] o desejo, cura[ria] os preconceitos e suas ignorâncias e sensibiliza[ria] as almas” (Eutrópio, 1924a, p. 1).

Embora tenham causado polêmica em seu contexto de produção, tais análises políticas já passavam, naquele momento, por um processo de silenciamento imposto pelos círculos intelectuais com os quais José Eutrópio dialogava ou pretendia dialogar. A produção imagética de uma fotografia desse educador contribui para a análise do silenciamento de sua biografia na memória coletiva (Trouillot, 2024). Produzida pelo estúdio Sabino Brescia & Filho, a fotografia foi publicada pela primeira vez em uma edição de *A Evolução*, em 1923. Fazia parte de uma homenagem da revista juiz-forana ao segundo ano de atividades da Associação Mineira de Imprensa (doravante AMI). Por essa razão, estampou as fotos dos membros de sua diretoria, entre eles, José Eutrópio, então recém-empossado presidente da organização (Associação, 1923, p. 15).

Nessa fotografia – que circulou amplamente por ocasião de sua morte precoce em 1929 e, posteriormente, tornou-se um poderoso suporte de memória –, a imagem de José Eutrópio apareceu nitidamente embranquecida. Na verdade, segundo Lilia Schwarcz, esse foi um procedimento tecnológico (e social) comum no início do século XX, “por meio do qual fotógrafos, com o objetivo de ‘aperfeiçoar’ a imagem do cliente, o faziam passar por um processo de ‘branqueamento’, numa verdadeira engenharia social das cores” (Schwarcz, 2019, p. 148). Imagens, como as fotografias, produzem imaginários, que, muitas vezes, enraízam-se e se estabilizam na memória social, sendo “consumidos como testemunhos, registros de época, transformando, assim, visões parciais e subjetivas em verdades de largo alcance” (Schwarcz, 2024, p. 29).

² A coluna “Pela Instrução” integrou a linha editorial do *Correio de Minas* desde sua primeira fase (1894-1908). Ainda que tenha sido nomeada com outros títulos ao longo do tempo, essa seção manteve presença contínua na trajetória do impresso, geralmente dedicada a temas considerados relevantes no campo da educação, da escola e dos processos de escolarização em curso em Minas Gerais, especialmente na região de Juiz de Fora (Kappel, 2010; Almeida, Silva, 2014). Na maioria das vezes, era assinada por membros da equipe editorial, mas também incluía textos de crítica e opinião de diversos colaboradores. Entre 1920 e meados de 1925, José Eutrópio assinou com regularidade os artigos da coluna “Pela Instrução”, embora muitos tenham sido publicados sem a indicação de autoria. Era comum que os textos fossem identificados por referências como “J. Eutrópio” ou “Do nosso colaborador”.

Figura 1: Dr. José Eutrópio



Fonte: Associação, 1923, p. 15.

Na memória coletiva, José Eutrópio é lembrado principalmente como um homem das letras. Os poucos estudos sobre sua vida o definiram como um homem negro, de origem desconhecida e pobre, que exerceu diversos ofícios – advocacia, magistério, jornalismo e teatro de revista – mais por necessidade financeira do que por opção, vocação ou compromisso político. Tais obras memorialísticas e acadêmicas consolidaram a narrativa de que sua trajetória como jornalista foi a principal responsável por fixar seu nome na memória coletiva (Oliveira, 1966; Nóbrega, 1982 e 1987)³. Ainda nos anos 1920, sua condição racial e seu ativismo político-intelectual foram interpretados dentro de uma camada de memória estrategicamente embranquecida e, por vezes, silenciada por seus pares intelectuais, e não por ele. Nesse contexto, sua biografia pública foi apresentada como um exemplo concreto de relações sociais supostamente livres de hierarquias ou preconceitos raciais.

A fotografia publicada nas páginas de *A Evolução* não apenas apresentou e registrou a aparência física de José Eutrópio, mas também simbolizou as expectativas e representações sobre raça, branquidão, igualdade formal e cidadania projetadas pelas elites intelectuais juiz-foranas. José Eutrópio, embora parte de determinados círculos intelectuais, não era visto como seu representante legítimo. Ainda assim, sua imagem pública foi marcada pelo fardo da representação imposta por uma ideologia da branquidão que moldou um ideal de homem negro intelectual. Realmente, segundo Lilia Schwarcz (2024, p. 31), “a linguagem desse tipo de imagem e de imaginário, sob uma suposta

³ José Tadeu Júlio da Silva (2018), em um estudo relevante sobre aspectos da trajetória de José Eutrópio no campo literário, apresenta uma perspectiva analítica distinta da adotada aqui. O autor argumenta que foi o embranquecimento – enquanto comportamento político e hábito social – presente nos círculos intelectuais do início do século XX, imposto a (e assimilado por) José Eutrópio, que definiu (e ainda define) o lugar das memórias de sua biografia no imaginário coletivo.

capa da inclusão, escancarava e performava muita exclusão social". Em estudo sobre a presença negra em registros visuais no início do século XX, Saidiya Hartman considerou que,

Nas imagens clássicas do negro, indivíduos foram forçados a simbolizar narrativas históricas generalizadas sobre o progresso ou o fracasso do negro, servir como representantes de uma raça ou classe, incorporar e habitar problemas sociais e evidenciar falhas ou melhorias. Essas fotografias ampliaram a ótica da visibilidade e da vigilância que tem suas origens na escravidão e na lógica racializada das relações sociais do pós-abolição (Hartman, 2022, p. 41).

José Eutrópio esteve atento às regras desse jogo político. Fruto de uma família interracial, ele precisou lidar com os desafios de uma existência que transitou em fronteiras fluídas e frágeis. Sua mãe (e possivelmente parte de sua família materna) foi uma mulher negra que, talvez, tenha vivenciado, em algum momento de sua trajetória, a experiência do trabalho escravo. O nome do pai biológico não apareceu nos seus registros civis, mas o imaginário social em Muriaé (sua cidade natal), também em Minas Gerais, sugere ter sido filho de um padre (branco) de origem italiana (Ribeiro, 2024b). Ser fruto de uma família interracial e conviver entre os fardos, potências e plenitudes que tal situação poderia acarretar certamente foram dilemas enfrentados por José Eutrópio ao longo da vida. É difícil fazer uma afirmação categórica sobre como ele vivenciou o complexo e sinuoso processo de construção identitária enquanto pessoa negra, ou "homem de cor", para usar uma expressão sua.

Nesse contexto, a negritude pode ter sido uma condição social experimentada com diferentes graus de consciência, de formas variadas, e sempre situada no campo dinâmico e mutável das subjetividades, identificações e identidades. Não surpreende, portanto, a ausência de temas da vida privada em sua produção intelectual, incluindo a politização de sua condição racial, nem mesmo nos textos literários de cunho mais intimista, como poesias. Ele, de fato, desenvolveu uma consciência racial, mas a construção de seu pensamento social e político não se restringiu a essa perspectiva, indo além de percepções identitárias ou subjetivas. Seu compromisso com uma orientação liberal, que valorizava a democracia representativa e a liberdade individual como virtudes universais, o levou a crer e defender que a cor da pele de um indivíduo não deveria ser um fator determinante para que ele vivesse plenamente como um cidadão livre e portador de direitos civis e políticos.

A produção intelectual de José Eutrópio é uma chave de leitura para a construção de sua identidade como intelectual negro. Por meio de sua biografia pública, ele se esforçou para elaborar e divulgar um pensamento original e crítico sobre raça. Esses usos políticos de uma determinada noção de intelectualidade, embora em diálogo com valores e princípios de seu tempo, não correspondiam às expectativas de grande parte de seus pares intelectuais. Isso fomentou não apenas o silenciamento contemporâneo e posterior de sua atuação política e produção intelectual sobre pensamento racial, mas também contribuiu para a construção de um imaginário de sua biografia na memória social, informado por uma ideologia da brancura.

A trajetória de José Eutrópio na AMI exemplifica essa complexa teia de relações raciais. Criada em 1920 como uma entidade científica e mutualista, a AMI teve entre suas finalidades a defesa do exercício profissional do jornalismo e da liberdade de imprensa. A instituição também incentivou a formação de uma consciência nacional, privilegiando o estudo da história e das tradições culturais brasileiras sob uma perspectiva regionalista. A composição social da AMI privilegiava tanto a produção intelectual dos sócios quanto suas relações sociais e perfis econômicos. Desde a sua fundação, tornou-se espaço de produção de um saber histórico característico do início do século XX, semelhante ao que ocorria em outros centros científicos, como museus etnográficos, institutos históricos e geográficos, instituições literárias e academias de Direito, além das próprias associações políticas do jornalismo, como o Círculo de Imprensa e a Associação Brasileira de Imprensa.

A autogestão financeira da AMI pelos próprios sócios explica por que esses intelectuais a transformaram em um espaço de produção e difusão de narrativas que apresentavam as suas biografias públicas como modelos exemplares de intelectualidade e de pensamento político. Assim, houve um esforço para associar a produção intelectual desses sujeitos à imagem política da instituição. José Eutrópio, tal como outros sócios, empenhou-se para imprimir à sua produção político-intelectual uma marca da AMI. Em suas gestões como presidente (1924-1925 e 1926-1927), realizou ações que causaram impacto em Juiz de Fora, como a comemoração do 13 de Maio de 1924, o apoio ao movimento grevista da Federação Operária Mineira (1924), as moções de congratulação à imprensa negra brasileira (1925) e o projeto para que esses jornais se filiassem à AMI, entre outras realizações.

Do mesmo modo, suas crônicas políticas publicadas no *Correio de Minas* eram assinadas como de um representante da AMI, com o evidente propósito de transformar suas ideias em uma análise política de viés institucional. Como o leitor acompanhará nas próximas páginas, José Eutrópio refletiu sobre a influência de ideias raciais na produção científica e cultural da primeira metade do século XX e propôs modelos alternativos para a análise das teorias raciais. Devido à sua crítica ferrenha a determinadas ideologias raciais, como o evolucionismo social fundamentado na ideia da mestiçagem cultural, e à sua denúncia das desigualdades raciais – como o racismo, entendido como uma estrutura organizadora das relações sociais –, seus diagnósticos políticos confrontaram o projeto ideológico defendido por boa parte dos membros da AMI.

Um artigo publicado na imprensa pelo jornalista, professor e sócio fundador da AMI Lindolfo Gomes (1875-1953) é elucidativo neste sentido. O texto indignado do professor abordou a comemoração realizada pela AMI da efeméride do 13 de Maio de 1924. Tratava-se da celebração da data em que foi assinada a lei da abolição da escravidão em 1888, a qual, entre 1891 e 1931, era feriado nacional dedicado à confraternização do povo brasileiro. O *Jornal do Comércio*, de Juiz de Fora, especialmente convidado pelo presidente da AMI para cobrir o evento, além de divulgar as diversas atrações da programação, deu destaque a uma fala ligeira, mas contundente, de José Eutrópio na abertura do evento. "Em um improviso arrebatador que arrancou palmas da seleta assistência", informou o jornal, "o presidente [da AMI], dr. José Eutrópio, disse que 'a segurança da pátria e a grandeza da nação só serão realidade quando erigirmos uma sociedade sem distinção de

qualidade e sem preconceito de cor. É essa a missão da AMI" (13 de Maio, 1924, p. 1). Logo em seguida, Lindolfo Gomes usou as páginas de *O Pharol* para expressar seu descontentamento:

Quando pretendemos julgar parcialmente a questão da suposta intolerância racial entre nós, tecendo a crítica apaixonada, chegamos à conclusão de que as explorações e o partidarismo exaltado ao redor do assunto agigantam as proporções deste pseudo preconceito e despejam sobre um povo que, defende os mais elevados ideais de democracia e espousa princípios cristãos, um punhado de culpas dolorosas que, de fato, não existem. Essas cópias de pensamento alheio são impermeáveis às nossas necessidades de povo e inúteis ao progresso da nação (Gomes, 1924, p. 2).

As análises de José Eutrópio sobre raça foram alvo de intenso debate entre seus pares da AMI, tornando-se um contra-argumento na construção do pensamento social dos demais membros. Em geral, consideravam que discutir sobre povo, nação, sociedade e cidadania a partir de uma perspectiva racial era resultado de uma análise baseada em modelos alheios à realidade brasileira. Por isso, os textos de José Eutrópio foram tratados de maneira insignificante e, por vezes, caricatural no que se referia às análises sobre ideologias e teorias raciais. Enquanto esteve vivo, seu pensamento social foi desmerecido e desprestigiado nos círculos intelectuais em que transitou. Após sua morte, essa dimensão política de sua trajetória foi silenciada.

Essas "imagens controladas", segundo Patricia Hill Collins (2019), além de produzirem processos de silenciamento, promovem a construção de imaginários que enquadram e isolam num passado imutável, assim como ocorre com a fotografia, a biografia, ou aspectos biográficos, das trajetórias de determinados indivíduos ou grupos sociais. Em caminho oposto, uma abordagem crítica da biografia pública de José Eutrópio tem me permitido historicizar como o racismo se manifestou (e se manifesta) na produção memorialística sobre a vida de indivíduos negros. José Eutrópio, como um sujeito cosmopolita com consciência racial e de classe, além de um pensador engajado, lidou cotidianamente, em sua produção intelectual e atuação política, com as formas diferenciadas de ser negro e de conviver com a presença do racismo na sociedade brasileira da primeira metade do século XX e transformou tais experiências em objeto de estudo.

Pensamento negro sobre raça no início do século XX

José Eutrópio interpretou algumas correntes de teorias raciais, e as muitas expressões de ideologias raciais que circulavam nos debates científicos e intelectuais no início do século XX, como recursos político-intelectuais de elaboração de princípios educacionais que deveriam figurar no universo da educação formal na sociedade brasileira, tanto em sentido macro – nos fundamentos de reformas da instrução pública e em suas políticas educacionais –, quanto nos microcosmos das escolas e suas práticas específicas de escolarização – espaços e tempos escolares e práticas e saberes escolares. Por isso, tomei essa questão como tema e objeto de estudo do presente artigo. Esta pesquisa faz parte dos resultados preliminares de um projeto mais amplo, desenvolvido junto ao

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A investigação estuda a atuação de intelectuais negros na elaboração de projetos políticos de inclusão racial e de ideias pedagógicas antirracistas no âmbito da escola pública elementar brasileira no início do século XX.

Interessado na compreensão desses processos históricos e no exame de como a escola se tornou uma metáfora importante nos debates sobre direitos civis e políticos, elaborados por diferentes sujeitos e grupos das populações negras, o presente artigo examina aspectos da historicidade do fenômeno do racismo na educação escolarizada e os processos de construção de ideias de inclusão racial para o combate a esse marcador social. Por se tratar de resultados parciais de um projeto de pesquisa ainda em andamento, o exercício interpretativo adotado aqui apresenta uma perspectiva narrativa mais interrogativa do que conclusiva. Sem a intenção de definir ou esgotar o debate, creio que as muitas hipóteses e os poucos argumentos definitivos apresentados podem oferecer elementos analíticos para ampliar as possibilidades de pesquisa sobre experiências negras na (e em meio à) constituição do universo da educação formal no Ocidente no início do século XX.

Por este ângulo, o empreendimento teórico aqui abordado se alinha aos pressupostos da história transnacional e está interessado no estudo dos processos históricos construídos na movimentação, dispersão, fragmentações e dos compartilhamentos simbólicos ou materiais que transpuseram (mas não eliminaram) as fronteiras nacionais. Essa perspectiva analítica se alinha com o que Eugenia Roldán Vera e Eckhardt Fuchs (2021, p. 11) chamaram de "difusão do conhecimento pedagógico", isto é, "processos de tradução, apropriação e adaptação de conhecimentos pedagógicos em uma gama de contextos locais":

São experiências que, afastando-se de narrativas simplistas de contágio, desafiaram a própria ideia de "difusão", buscando, em vez disso, categorias alternativas como "hibridismo", "enculturação" ou a criação de "espaços educacionais transnacionais". Essa última abordagem propõe uma visão do transnacional como um domínio da construção de espaços temporários de transnacionalidade por meio de redes pessoais, da recepção de modelos de outros lugares e da cooperação institucional (Vera; Fuchs, 2021, p. 11).

A história transnacional enquanto perspectiva de análise possibilita, por exemplo, pensar sobre a produção de ideologias de inclusão racial na educação formal, formuladas por intelectuais negros, enquanto parte de um amplo e diversificado fenômeno global. No Ocidente, a partir de fins do século XIX, intelectuais negros interessados nas discussões sobre projetos de nação e de sociedade em seus diferentes países buscaram participar dos debates sobre os processos de modernização e democratização da escola e dos seus processos de escolarização formal. Consideravam esse movimento um espaço relevante de disputa sobre os significados de ideologias e teorias raciais, as desigualdades sociais de base racial e os direitos civis e a igualdade política. Essas questões eram centrais em sociedades que haviam passado pela experiência da escravidão e do colonialismo e que,

naquela conjuntura, vivenciavam a invenção de concepções desiguais de cidadania, bem como o espraiamento de formas de preconceito e discriminação raciais, destacadamente o racismo.

Concepções da ideia de raça estiveram presentes no pensamento e nas obras de José Eutrópio desde os seus primeiros escritos publicados na imprensa a partir do início da década de 1910. Na verdade, ele viu nas teorias raciais em voga no início do século XX aspectos cruciais para os seus projetos políticos para a instituição social da escola. Efetivamente, José Eutrópio não elaborou concepções teóricas de base científica sobre raça, mas mobilizou e dialogou com as noções de raça disponíveis nos diversos debates intelectuais de então. Há extensa fortuna crítica sobre a experiência histórica dos usos e desusos políticos da ideia de raça no campo da intelectualidade brasileira desde meados do século XIX ou antes (Skidmore, 1976; Degler, 1976; Hasenbalg, 1979; Schwarcz, 1993; Cunha, 1999; e outros). No exercício adotado aqui me restringirei a abordar os debates intelectuais sobre raça promovido por pensadores negros com os quais José Eutrópio teve contato e dos quais se tornou leitor e divulgador.

O sociólogo afro-estadunidense William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) é considerado um dos fundadores da sociologia moderna enquanto disciplina acadêmica. Seu pensamento e obras, produzidas a partir da década de 1890, espraiaram-se rapidamente por diversas partes do Ocidente, colecionando leitores e discípulos em diferentes partes do mundo. Nas suas primeiras formulações teóricas – como no artigo seminal *The Conservation of Races* (A conservação das raças) publicado em 1897 e cujos argumentos centrais, mais tarde, foram incorporados nos capítulos de *The Souls of Black Folk* (*As almas do povo negro* [1903]), seu livro mais conhecido –, W. E. B. Du Bois procurou deslocar a interpretação do conceito de raça do universo do determinismo biológico para o campo de conhecimento da ação social e do comportamento humanos, isto é, como parte da formação histórica dos grupos sociais. Para o sociólogo afro-estadunidense, em uma perspectiva sociológica, a noção de raça poderia ser interpretada como “uma vasta família de seres humanos, geralmente de sangue e língua comuns, sempre de linguagem, tradições e impulsos comuns, que são voluntários e involuntários, lutando juntos pela realização de certos ideais de vida mais ou menos vividamente concebidos” (Du Bois, 1970[1897], p. 75)⁴.

Uma das contribuições desse exercício analítico *dubodiano* foi deslocar o debate sobre raça do plano dos determinismos biológicos tão presentes e, cada vez mais enraizados nos círculos acadêmicos e na literatura científica no início do século XX, para o plano histórico-social. Raça como causa e, ao mesmo tempo, como resultado de relações raciais é que deveria ser objeto de pesquisa das ciências, especialmente aquelas interessadas no estudo da vida dos homens, como História, Antropologia (inclusive a física) e Sociologia. Estava entre seus interesses conferir historicidade às ideias de raça em voga, a fim de compreender tal construção social como parte de um processo histórico mais amplo e, ao mesmo tempo, oferecer alguma forma de inteligibilidade a uma expressão que não se restringia apenas aos discursos científicos ou ao campo do simbólico, mas também era

⁴ Todas as traduções são de minha autoria. No original: “It is a vast family of human beings, generally of common blood and language, always of common history, traditions and impulses, who are both voluntarily and involuntarily striving together for the accomplishment of certain more or less vividly conceived ideals of life”.

vividamente experimentada nas relações sociais cotidianas. Para intelectuais negros, como W. E. B. Du Bois, "a ideia de raça [foi] compreendida como parte da estrutura social, portanto relacionada à relação sujeito-estrutura e passível de ser captada ao se observar a ideologia racista como tradução de um modo social de ver o mundo e de estruturar as formas de viver" (Silva, 2014, p. 1268).

Neste sentido, aquilo que Fernanda Oliveira da Silva (2014, p. 1268) chamou de "processo de racialização da construção social das diferenças" foi um fundamento ideológico presente no pensamento negro que se dedicou a estudar raça como construção e fenômeno histórico-sociais. Interpretar a atuação de José Eutrópio, W. E. B. Du Bois ou outro intelectual negro que se dedicou a debater raça no início do século XX pelo conceito de racialização (Albuquerque, 2009, p. 35; Fassin, 2018, p. 63) – ainda que eles não tenham acionado tal termo – significa observar "como se deu o processo social dessa construção, na medida em que raça [foi] tomada como uma concepção ideológica e como um produto histórico socialmente construído" (Silva, 2014, p. 1268).

De fato, W. E. B. Du Bois em seu exercício de formulação teórica de conceitos como "*historic races*" ("raças históricas"), "*line color*" ("linha ou barreira de cor") ou "*double consciousness*" ("dupla consciência"), apresentou outras possibilidades epistêmicas de adoção crítica de concepções da ideia de raça enquanto instrumental analítico para o estudo das sociedades humanas que haviam passado pela (e vivenciavam a) experiência da escravidão, do colonialismo e da segregação racial jurídico-institucional (Appiah, 1997, p. 53-76; Gilroy, 2012, p. 223-280). Para Matheus Gato (2025, p. 5), esse exercício político-intelectual de "elaboração de um conceito histórico de raça" teve como finalidade criar estratégias teórico-conceituais "para a compreensão e o enfrentamento de regimes coloniais e raciais de dominação". Assim, estabeleceu-se como "um conceito capaz de especificar a natureza e o significado cultural da violência contra os africanos e seus descendentes nas muitas diásporas, e, ao mesmo tempo, capaz de favorecer a solidariedade política transnacional entre os negros".

Juliet Hooker (2017) argumentou que a produção teórico-política sobre raça produzida por intelectuais negros foi um princípio importante na defesa de discursos de igualdade de direitos, que se intensificaram no Ocidente, principalmente em países que haviam passado pela experiência da escravidão e do colonialismo, e, que, em fins do século XIX, estavam criando categorias políticas artificiais de cidadania e outras formas de igualdade de direitos no contexto da formação de estados nacionais ou da criação de projetos de sociedade e de nação. Nesse sentido, tais teorias sociais de base racial foram usadas como um recurso político para questionar e confrontar a legitimidade científica de outras teorias raciais, como a ideologia do determinismo racial que, em sua diversidade de interpretações, defendia a superioridade ou inferioridade dos indivíduos na hierarquia social. Ou seja, defendia-se a tese de que para sujeitos racialmente "diferentes" (no sentido biológico) deveria ser previsto acesso (ou não) a direitos de cidadania também distintos.

Estudos recentes, em diferentes campos das ciências humanas, têm apresentado interpretações úteis para o debate sobre a historicidade dos processos de elaboração de ideologias políticas e de práticas sociais que produziram distinções com base em ideias de raça em diferentes

cronologias históricas a partir do século XIX. Jean Frédéric Schaub (2022), por exemplo, destacou a importância de considerar os modos de produção histórica dos processos de racialização. Em estudo sobre as formas de produção política e cultural de campos semânticos de ideias de raça, elaboradas por indivíduos e comunidades negras afro-estadunidenses nos séculos XIX e XX, Lawrence Levine (2007) notou a polissemia de sentidos políticos e de significados culturais atribuídos à raça. Assim, sugeriu caminhos úteis para pesquisas sobre os significados, associações, usos e conotações que raça – como ideia, conceito ou ideal – teve em diferentes contextos, cronologias e realidades históricas.

Cynthia Greive Veiga (2022), em análise sobre a produção intelectual de pensadores latino-americanos, alguns deles não-brancos, e todos inseridos em circuitos transnacionais de produção de conhecimentos entre fins do oitocentos e a primeira metade do século XX, reconheceu que tais intelectuais consideravam fundamental que quaisquer concepções de raça deveriam ser compreendidas como construção local, histórica e cultural, que pertenciam não somente à ordem das representações sociais – a exemplo das fantasias, dos mitos, das ideologias –, mas também e, especialmente, exerciam influência no mundo concreto, por meio da produção e reprodução de identidades individuais e coletivas e de hierarquias sociais, reguladas em convenções e normas de base racial e, não raras vezes, racializadas.

No Brasil, concepções biológicas de raça sustentaram ideologicamente a construção de ordens sociais orientadas por uma cultura política baseada em códigos raciais (Albuquerque, 2009). José Eutrópio lidou de perto com tais doutrinas e as combateu a partir de diferentes estratégias. Um destes instrumentos de enfrentamento foi o estabelecimento de diálogos com intelectuais, de diferentes partes do Ocidente, que realizaram estudos histórico-sociais nos quais rechaçaram a definição biológica de raça como recurso teórico para a compreensão das relações sociais. Mais precisamente a partir do ano de 1919, José Eutrópio foi se constituindo como leitor, tradutor e intérprete do pensamento do já citado W. E. B. Du Bois, mas também do de outros intelectuais afro-estadunidenses como o historiador Carter Godwin Woodson (1875-1950), o filósofo Alain LeRoy Locke (1885-1954) e o educador Booker Taliaferro Washington (1856-1915); do sociólogo haitiano Joseph Auguste Anténor Firmin (1850-1911); e de jornalistas são-tomenses radicados em Portugal, como foi o caso de Mário José Domingues (1899-1977). Não há espaço aqui para tratar adequadamente de aspectos biográficos, e mesmo da rica produção intelectual destes indivíduos, o que ultrapassaria os objetivos e possibilidades deste texto.

Todavia, gostaria de chamar atenção para o fato de que o contato de José Eutrópio com as obras destes intelectuais afetou consideravelmente seu pensamento político e sua produção intelectual. Esse pensamento negro – menos com um bloco homogêneo e mais como um conjunto diversificado de ideias pautadas na tentativa de construção de uma política racial negra transnacional – produziu interpretações sofisticadas e radicais sobre raça no início do século XX, assim como originou a elaboração de estudos que consideravam raça como uma construção e categoria social de dominação cultural e de exclusão política. Raça, mais como metáfora de ideais de inclusão racial e como perspectiva epistêmica, e menos como um conceito do determinismo biológico, passou a sintetizar uma constelação de significados. Entre eles, um dos mais difundidos entre grupos

intelectuais negros defendia que raça se referia a uma posição/construção social, e não a uma condição biológica ou natural.

José Eutrópio operou mais do que tradutor, intérprete e divulgador do pensamento destes intelectuais. De fato, ele atuou como um agente na circulação transnacional de ideias e fomentou a difusão de formas de diálogos e movimentos culturais "que não apenas se empenharam em observar, comparar e apropriar [...], mas também carregar e disseminar múltiplas referências culturais e, assim, provocar hibridações" (Vidal *et al.*, 2024a, p. i, tradução nossa)⁵. Apesar disso, sua produção intelectual sobre raça não se limitou a elogiar, demonstrar empatia ou aderir aos pensamentos diaspóricos desses intelectuais, mas também revelou como ele os representou, incluindo seus estranhamentos, rejeições, projeções e apropriações.

De "Schoolmasters to his Race" a "educadores da raça"

José Eutrópio, a partir de 1919, especialmente nos textos da coluna de crônicas políticas "Pela Instrução" do *Correio de Minas*, procurou estabelecer outras estratégias discursivas, diferentes das que até então usara em seus textos na imprensa, para a produção de debates sobre as dimensões culturais, políticas e ideológicas de ideias de raça. Seus textos abordaram aspectos sobre como ideais de raça foram usados para qualificar ou caracterizar a organização de políticas para a educação pública nas primeiras décadas do século XX. Nestas análises políticas, raça apareceu como adjetivação, isto é, associada a atributos sociais, culturais ou estereótipos, em vez de uma definição advinda do determinismo biológico.

Não é sem razão que, nesta coluna de crônicas políticas, ele tenha arrogado para si o papel de "pensador [que se] import[ava] com os interesses do povo [e] do bem estar da coletividade" (Eutrópio, 1919, p. 1), no sentido estético da ideia de intelectualidade que transitava nos círculos acadêmicos na década de 1920. Conscientemente atuando como um produtor de ideias políticas, segundo a concepção de Michel Winock (2003), em um destes textos, sintomaticamente intitulado "Viveiros do ódio de raças", José Eutrópio afirmou que as escolas brasileiras adotavam o "preconceito contra a raça de cor" como método de ensino. Para ele, era necessário criar estratégias para a "disseminação de conhecimentos e práticas escolares", na condição de "preceitos pedagógicos", que ensinassem os "heroísmos e o valor infatigável da raça negra na construção da nacionalidade [brasileira]", assim como faziam os "*schoolmasters to his race, nobríssimos educadores da raça*, como o Dr. [Carter G.] Woodson, e outros tantos ilustres educadores de cor dos EUA" (Eutrópio, 1924a, p. 1, grifos no original).

O uso da expressão "educadores da raça" lança elementos para ampliar a discussão sobre a circulação transnacional de ideias de inclusão racial no início do século XX. José Eutrópio utilizou

⁵ No original: "The travelers acquire particular relevance since, in their transit, they not just endeavor to observe, compare, and appropriate themselves of what they come to know *in loco*, but they also convey and disseminate cultural references that give rise to hybridizations".

a expressão "*schoolmasters to his race*" uma única vez em seu texto, tendo preferido acionar a sua tradução, que ele verteu como "educadores da raça", em outras passagens da sua crônica política para abordar sobre as experiências de educadores afro-estadunidenses com a proposição de modelos educativos de escolarização alternativos, baseados em projetos políticos de inclusão racial⁶. Além de um malabarismo semântico, já que José Eutrópio lidou constantemente com a transposição de significados políticos e culturais presentes nos textos originais que eram traduzidos para o público brasileiro, aquilo que Maria Lúcia Pallares-Burke (1996) chamou de "tradução cultural"; ele também precisou enfrentar outras manobras discursivas em relação aos impasses linguísticos da tradução de termos, como foi o caso de "*schoolmasters to his race*".

Tal expressão, que em uma tradução literal para o português brasileiro pode ser interpretada como "mestres ou educadores de sua raça", foi comum e usualmente presente na produção intelectual afro-estadunidense, especialmente para discorrer sobre a prática docente e sobre os saberes escolares considerados fundamentais para o trabalho de professores e estudantes nas escolas negras segregadas dos EUA. Jarvis R. Givens (2019) argumentou que se tratava de um termo ligado mais à significados sociais e menos à alguma definição científica rigorosa. "*Schoolmasters to his race*" foi pensada como uma categoria válida para a realidade da sociedade estadunidense, mais precisamente para as comunidades afro-americanas assoladas pelas violências do sistema *Jim Crow*⁷. Portanto, foi pouco acionada por intelectuais negros que problematizaram, num circuito transnacional de circulação de ideias, a questão dos processos de modernização e democratização da escola a partir de concepções de justiça e igualdade racial.

De modo criativo, José Eutrópio, ao usar o recurso da transcrição como estratégia semântica para ampliar a literalidade da tradução, propôs não apenas definir o formato como o termo "educadores da raça" seria concebido pelo público brasileiro no contexto dos anos 1920, mas também como uma possibilidade de expressar e, ao mesmo tempo, representar o papel de intelectuais negros, suas agendas e projetos políticos de inclusão racial para a instituição social escola. Assim, ao contrário de "*schoolmasters to his race*", o termo "educadores da raça" – e os significados que ele podia produzir – foi interpretado por José Eutrópio como uma poderosa metáfora política da circulação transnacional de ideias de inclusão racial no início do século XX.

Após o artigo publicado em 1924 no *Correio de Minas*, o termo "educadores da raça" apareceu com alguma frequência em outros artigos de José Eutrópio, com usos e significados que variaram conforme a proposta dos argumentos de tais textos, mas que, em geral, referiam-se à atuação política de intelectuais negros e suas intervenções no universo da educação formal.

⁶ É possível que José Eutrópio tenha tomado contato com o termo "*schoolmasters to his race*" a partir da leitura de *The Negro in Our History* (1922), livro do historiador afro-estadunidense Carter G. Woodson, no qual a expressão foi amplamente utilizada. Nas páginas seguintes, abordo com mais vagar o diálogo que José Eutrópio estabeleceu com a obra de Woodson.

⁷ *Jim Crow* é o termo usado para designar o sistema racial, baseado no segregacionismo e em códigos sociais de submissão racial, que vigorou nos EUA, especialmente (mas não somente) nos estados do Sul, ao longo de praticamente todo o século XX. Para mais detalhes sobre o funcionamento jurídico-legal deste sistema, especialmente a partir do processo de constituição das estruturas educacionais nos EUA, consultar: Anderson (1988) e Ritterhouse (2006).

Seu uso disseminado apresenta as estratégias e os modos pelos quais José Eutrópio inseriu, ou antes elaborou, sua produção político-intelectual numa arena transnacional, naquilo que algumas correntes historiográficas têm chamado de modernidade negra da primeira metade do século XX (Barson; Gorschlüter, 2010; Nascimento, 2015; Francisco, 2016; Abreu, 2017; Guimarães, 2021; Galante; Bittencourt, 2024).

A ideia de modernidade negra enquanto fenômeno político tem sido interpretado como um grande guarda-chuva cultural que abrigou uma infinidade de movimentos políticos, culturais e artísticos de comunidades negras espalhadas no Ocidente no início do século XX, como o Pan-Africanismo de W. E. B. Du Bois, o *Garveyrismo* de Marcus Garvey, o *Harlem Renaissance* ou *New Negro*, a *Nègritude Francesa*, os movimentos anticolonialistas portugueses, entre outros. Adeptos e seguidores desses movimentos político-culturais tomaram como sua a tarefa de construir uma consciência político-racial transnacional entre as comunidades negras espalhadas pelo Ocidente, recurso importante na luta contra o racismo, em perspectiva local ou global. Na interpretação de Brent Hayes Edwards (2003), por meio dessas experiências, indivíduos e coletivos negros disputaram a produção de sentidos de sociedade e de nação e produziram pensamentos críticos que vislumbraram outros projetos de futuro – muito mais igualitários em termos de direitos de cidadania e de igualdade de tratamento e de oportunidades.

José Eutrópio se envolveu profundamente com esse universo. Considero, inclusive, que ele não apenas foi moldado pela circulação transnacional de referenciais político-culturais negros, mas também a influenciou. Em estudo anterior, tive a oportunidade de analisar a sua produção intelectual no campo do teatro de revista, no qual ele produziu peças com repertórios em que temáticas relacionadas ao racismo foram tratadas de forma frontal e constituíram o cerne dos enredos (Ribeiro; Gonçalves, 2024a). Por meio da montagem e exibição dessas peças, ele interpelou a forma hegemônica de produção estética da cultura revisteira, especializada na produção de narrativas em que predominavam imagens, estereótipos e representações racistas costumeiramente associadas às populações e à cultura negra.

Informado pelas tendências políticas dos modernismos pan-africanistas que circulavam no circuito transnacional da modernidade negra dos anos 1920, José Eutrópio elaborou estratégias para redefinir as ideias em voga sobre identidade negra que, no caso do teatro de revista, significou a elaboração de repertórios narrativos com a finalidade de estabelecer referências de orgulho racial e formas de lutas políticas de base antirracista. O diálogo e a adesão de José Eutrópio aos modernismos negros, em sua atuação na indústria cultural do teatro de revista, foram, antes de tudo, consequência de seus contatos com os movimentos transnacionais de solidariedade política negra que circularam nas primeiras décadas do século XX.

Em relação às suas discussões sobre a existência de formas de racismo nas práticas cotidianas que constituíam a escola e seus processos de escolarização, a conexão com o pensamento e as obras de Carter Godwin Woodson (1875-1950) foi crucial. Este historiador afro-estadunidense enfrentou o desafio de, em seu trabalho como pensador social, mobilizar ideias de raça enquanto construções

sociais para compreensão das estruturas e dos mecanismos geradores das discriminações e desigualdades raciais na sociedade estadunidense da primeira metade do século XX. Conforme observaram os seus biógrafos, tal debate epistemológico apareceu primeiramente no livro *The Negro in Our History*, publicado pela primeira vez em 1922, no qual ele apresentou o seu conceito de "História Negra". Mais do que uma conceituação, essa episteme falava de um projeto político de emancipação negra, baseado no reconhecimento dos ativismos políticos de populações negras, de bens culturais afro-diaspóricos e de um vocabulário político-racial negro (Dagbovie, 2007; King, Davis & Brown, 2012; Snyder, 2018; Givens, 2021). A "História Negra" de Carter G. Woodson defendia a ideia de que somente a criação, divulgação e preservação de uma História – como campo disciplinar e como saber escolar –, elaborada pelas próprias comunidades negras, teria condições de enfrentar e combater os estereótipos que as teorias raciais (e racistas) construíam a seu respeito.

Carter G. Woodson acreditava na tese da escolarização formal enquanto espaço de inclusão e mobilidade social, especialmente para a população negra. No entanto, tal ascensão deveria ocorrer de modo amplo, irrestrito e livre do racismo e de outras formas de opressão racial imposta pela segregação e supremacia brancas, mantidas, por sua vez, pelo sistema *Jim Crow*, no caso dos Estados Unidos. Por isso, o seu investimento na publicação de manuais didáticos (o próprio *The Negro in Our History* pode ser lido nesta perspectiva) e de artigos publicados na imprensa afro-estadunidense voltados à atuação de estudantes e professores de escolas elementares. Essa forma e cultura escolares, na visão de Carter G. Woodson, poderiam se tornar poderosos instrumentos políticos de combate ao racismo.

O já citado artigo "Viveiros do ódio de raças" foi um texto no qual José Eutrópio estabeleceu argumentos próximos daqueles defendidos por Carter G. Woodson em relação às desigualdades raciais no universo da educação formal. No referido artigo, José Eutrópio falou explicitamente de racismo contra pessoas negras, mas a partir de uma noção de raça, tanto que não resumiu tais práticas discriminatórias ao sentido de preconceito de cor, mas sim de "ódio de raça". De fato, pude notar que, diferente do que ocorria nos ativismos do associativismo negro em diversas partes do Brasil, que consideravam a ausência de preconceito de raça e sim a existência do preconceito de cor, José Eutrópio defendeu a ideia do "ódio de raça" como pedra angular da/na formação da sociedade brasileira⁸. Não há espaço para tratar adequadamente desse tema aqui, mas gostaria de chamar atenção para o fato da originalidade da formulação de José Eutrópio da ideia do "ódio de raça" muito próxima da conceituação de "raça histórica", o que deixa ver a influência do pensamento de W. E. B. Du Bois. Realmente, as muitas concepções disponíveis de ideias de raça, formuladas por intelectuais negros de diferentes partes do Ocidente, como categorias explicativas para as realidades das suas sociedades afetaram consideravelmente o pensamento e as obras de José Eutrópio. Na atuação como professor, mas especialmente como inspetor escolar, essas ideias de raça se tornaram, paulatinamente, categorias fundamentais no seu ofício e na sua agenda política.

⁸ Para um estudo sobre terminologias e identidades raciais formuladas por intelectuais negros em suas redes associativas no Brasil de inícios do século XX, ver: Alberto (2017).

“Viveiros do ódio de raças” é um dos textos em que José Eutrópio apresentou a sua concepção do termo raça. No artigo, encontra-se também um exercício analítico de tentativa de elaboração do léxico do vocábulo racismo. Nas suas palavras:

A denominação de raça abrang[ia] um princípio (um sistema moral, mais com sentido prático que Filosofia) a serviço da sustentação da infalibilidade de uma lei que determina[va] as correntes das civilizações interessadas [em] dominar o mundo. [Era] produto da superioridade branca, o idioma da raça branca. [Era] uma barreira, um bloco de pedra pronto a esmagar a raça negra [...]. O racismo é a arma ideológica do orgulho selvagem do homem branco, da sua ilusória superioridade racial; é o mal do ódio de raças (Eutrópio, 1924a, p. 1).

José Eutrópio informou aos leitores da sua coluna de crônicas políticas que havia tomado contato com a palavra racismo em uma das edições do *Correio de África*, um jornal publicado por intelectuais africanos e afro-portugueses em Lisboa (Portugal)⁹. Impressionado com o vocábulo, mas principalmente com seus usos políticos – até então associados à ideologia do antissemitismo –, o educador brasileiro ratificou que a expressão era um “adjetivo oportuno para [explicar] manifestações de desinteligências e paixões selvagens do medíocre preconceito de raça” (Eutrópio, 1924a, p. 1). Mais a palavra “racismo” e seu léxico e menos os possíveis sentidos políticos e significados sociais de algo que ainda não era interpretado como ideologia é que estava em jogo nesse contexto histórico. Ainda assim, para os intelectuais presentes no *Correio de África*, tal como para José Eutrópio, e possivelmente para muitos outros pensadores negros, foram as distintas concepções disponíveis da ideia de raça que, inicialmente, ofereceram aparato conceitual para a construção da expressão racismo como um conceito sociológico, ou ao menos, que deveria ser pensado como resultado de processos sociais intrínsecos às relações raciais de algumas sociedades.

Neste sentido, racismo poderia se referir e significar, também, segregação social fundamentada em ideias de raça ou teoria (de base científica ou não) de hierarquia das raças. Ynaê Lopes dos Santos (2022) pensando a experiência histórica do Brasil e Francisco Bethencourt (2018) em análise sobre diferentes sociedades do Ocidente, observaram, com as devidas diferenças, que concepções históricas de racismo e suas manifestações sempre estiveram em constante mudança. Dessa forma, não houve – e não há – uma única definição dos racismos, uma única história dos racismos, nem uma única causa dos racismos. Nesse sentido, como objeto de investigação científica, o racismo é um fenômeno que não se mostra tão explícito nem tão simples. É possível que José Eutrópio tenha constatado tal complexidade. Por isso, ele não se preocupou em elaborar alguma espécie de precisão conceitual que poderia dar conta de explicar cientificamente o racismo, mas, sim, interessou-se pela compreensão do funcionamento do racismo e das suas dinâmicas na sociedade brasileira. Por isso, transformou a instituição social da escola em um laboratório para dar vazão às suas inquietações

⁹ Em uma análise rápida e panorâmica, localizei a primeira menção à palavra “racismo” no *Correio de África* na edição de 1 jul. 1923, na qual o autor do artigo discutiu sobre a necessidade de construção de mecanismos para a efetivação de um projeto de solidariedade racial transnacional voltadas para as populações de países/colônias africanas que vivenciavam as experiências violentas do colonialismo português. Para uma análise historiográfica do *Correio de África* e da atuação do grupo responsável pela sua produção e circulação, ver: Roldão, Pereira e Varela (2023).

sobre hierarquias ou padrões raciais de organização social e do que ele então compreendia como fenômeno do racismo.

José Eutrópio em seu artigo "Viveiros do ódio de raças", novamente, oferece elementos para avançarmos no debate sobre as várias formas então existentes de manifestação social do racismo. Para ele, era possível pensar tal ocorrência enquanto doutrinas e discursos, isto é, como uma ideologia, pois "a denominação de raça abrang[ia] um princípio (um sistema moral, mais com sentido prático que Filosofia)" (Eutrópio, 1924a, p. 1). O racismo era, na sua visão, uma forma de discriminação e de tratamento diferencial baseado em atitudes e valores, pois era uma "arma ideológica do orgulho selvagem do homem branco, da sua ilusória superioridade racial, [era, assim,] o mal do ódio de raças" (Eutrópio, 1924a, p. 1). Por isso, era imprescindível interpretar tal fenômeno em seu potencial de promoção de formas de segregação simbólica e espacial em instituições políticas, nas organizações sociais e nas estruturas mais amplas da sociedade. A escola brasileira, nesta interpretação, constituía-se em uma instituição social segregada pelo racismo, já que para José Eutrópio, "o preconceito de cor est[ava] desonrando os sentimentos humanitários dos brasileiros [...] e produzindo frutos perniciosos [nas] escolas" (Eutrópio, 1924a, p. 1).

Para José Eutrópio havia muitas expressões de racismos presentes na sociedade brasileira. Apesar das diferentes leituras que se podia fazer desse marcador social, o racismo foi lido como uma estratégia política de dominação racial. A tentativa de introdução do racismo, de uma forma que não se resumisse apenas à denúncia simbólica da existência de preconceitos de ordem racial, mas principalmente como um problema ético que afetava a escola enquanto instituição social foi, como vimos até aqui, um compromisso político arduamente defendido por José Eutrópio. Embora tal análise careça seriamente de referências teóricas e de uma base empírica mais aprofundada, tendo em vista que se trata de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, considero alguns dos argumentos apresentados relevantes para o debate sobre a história da educação no início do século XX.

Por exemplo, o compromisso político em defesa daquilo que Jarvis Givens chamou de "*educational diasporic practice*" ("prática educacional diaspórica"), elaborado por educadores negros como José Eutrópio, foi moldado a partir de redes transnacionais de solidariedade racial (Givens, 2016). Os debates político-raciais em torno da construção de projetos de base antirracista para a instituição social escola foi um dos mais importantes elos que ligaram homens negros, com distintas trajetórias políticas, condição social, origem e nacionalidade em um ativismo político que extrapolou a ideia de fronteiras nacionais ou de Estado-nação. Ainda assim, vale pontuar que José Eutrópio tomou contato com as obras de intelectuais, como W. E. B. Du Bois ou Carter G. Woodson, não com a intenção de elaborar um modelo de educação formal que tivesse os EUA, ou países da Europa, como centro e, por consequência, o Brasil numa posição periférica e marginal¹⁰.

¹⁰ Em diversos momentos históricos, determinados aspectos da organização social brasileira foram tomados por pensadores estadunidenses como referência e modelo, numa relação desigual, mas na qual o Brasil aparecia como centro dentro de uma lógica centro-periferia. David Hellwig (1992), por exemplo, demonstrou que, a partir da década de 1920, muitos intelectuais negros, como W. E. B. Du Bois, consideraram as relações raciais no Brasil – interpretadas sob uma perspectiva de fraternidade racial – um modelo positivo para a organização social nos Estados Unidos. Na verdade, essa interpretação política já vinha sendo desenvolvida desde o século XIX (Azevedo, 2003; Brito, 2023).

Crítico dos “americanismos que impregnavam, de modo estéril, a atividade e o desenvolvimento educacional [brasileiros]” (Eutrópio, 1924b, p. 1) e da segregação racial que vitimava os afro-estadunidenses; do mesmo modo, condenava a Europa como o “velho continente inventor de colonialismos ou imperialismos avassaladores”, de onde “pouca coisa de serventia moral v[inha] ao Brasil” (Eutrópio, 1924c, p. 1). Como bom leitor de Manoel Bonfim (1905[1903]), via algumas nações europeias (Portugal, Espanha, França, Reino Unido) como responsáveis pelo atraso social, econômico e político no qual vivia as sociedades latino-americanas. Na sua concepção, “o parasitismo social europeu no solo brasileiro subtraiu a capacidade de edificação de uma nação democrática e de um povo livre e soberano” (Eutrópio, 1924c, p. 1).

Nesta perspectiva, podemos considerar que José Eutrópio esteve interessado em debater sobre projetos de inclusão racial no universo da educação formal por meio de um “olhar para os efeitos das ‘trocas’ mediante as quais [era] possível conceber e construir a escola em diferentes espaços [...], conduzindo[-o] a buscar explicações que não se reduz[issem] a uma espécie de modelo bipolar de análise” (Vidal *et al.*, 2024a, p. vi)¹¹. Ou seja, José Eutrópio estabeleceu diálogos transnacionais em meio à (e por meio de) fluxos policêntricos de circulação e de formas de consumo de ideias (Vidal, 2024b). Apesar de esse relativismo cultural ter sido pouco trabalhado por José Eutrópio em sua produção intelectual, tal posicionamento não significou desconhecimento das desigualdades que assolavam a conjuntura social brasileira. Pelo contrário, essas desigualdades foram objeto constante de sua intervenção intelectual. O que ele defendia, contudo, era que a origem desses males – e as explicações para tais fenômenos – deveria ser encontrada na própria realidade do país. Sob essa ótica, considero que José Eutrópio adotou uma interpretação transnacional, que operava como uma lente por meio da qual diversas conjunturas sociais não eram vistas como exceções, mas como partes intrínsecas de um processo global de (re)formação de sociedades e nações fundadas no escravismo, colonialismo e imperialismo.

Considerações parciais

Não é usual iniciar uma seção de “considerações finais” com perguntas, hipóteses e dúvidas. Ainda assim, creio ser esse recurso narrativo uma oportunidade relevante para problematizar alguns dos caminhos interpretativos que têm orientado o projeto de pesquisa do qual este artigo é resultado parcial. Para analisar como as concepções de raça foram mobilizadas nos vocabulários e nas agendas políticas de José Eutrópio no campo das ideias pedagógicas e da produção de pensamentos educacionais, concentro-me na investigação da construção de redes e conexões transnacionais de base político-racial entre intelectuais negros. Essas redes fomentaram a discussão sobre ideologias raciais em voga no início do século XX, incluindo o racismo, e estabeleceram canais de reivindicação sobre o acesso de populações negras a direitos políticos integrais, como a condição de cidadania,

¹¹ No original: “The interest is the outlook on the effects of the ‘exchanges’ through which it has been possible to conceive and construct the school in different spaces [...], leading us to seek explanations that are not reduced to a kind of bipolar model”.

por meio dos pressupostos do liberalismo-democrático vigente à época, do qual José Eutrópio e outros homens negros foram partidários.

Chamo especial atenção para a hábil manipulação adotada por José Eutrópio dos significados políticos das teorias raciais em voga nas primeiras décadas do século XX. Em termos metodológicos, procuro compreender as muitas conceituações de raça disponíveis no final do século XIX e início do XX como uma questão também epistemológica que requer uma teorização e conceitualização séria, conforme destacou Eduardo Bonilla-Silva (2023). Assim, em diálogo com o conceito de “sistemas sociais racializados”, formulado pelo sociólogo, tenho envidado o esforço de, a partir da trajetória de José Eutrópio, elaborar uma análise histórica da construção de ideologias raciais (especialmente o racismo) no início do século XX. Trata-se de um desafio, por isso, enfatizo que não procuro elaborar uma investigação teórico-conceitual que dê conta do modo preciso em que se articulavam os diversos elementos ou aspectos do racismo, mas sim compreender como educadores negros viram as formas pelas quais essa ideologia racial operava nas sociedades em que viveram e as estratégias político-intelectuais criadas por eles para investigá-lo.

Essa militância antirracista só faz sentido se observada à luz de movimentos que ocorreram em um cenário transnacional, que transformaram concepções de ideias de raça em construções sociais e em instrumentos políticos no debate intelectual de movimentos negros. José Eutrópio esteve profundamente imerso nesse contexto de proliferação de suportes intelectuais e teóricos forjados em (e a partir de) movimentos transnacionais no âmbito de diversos ativismos negros. Impressionado com tais experiências, o educador brasileiro passou a problematizar a introdução da ideia de raça – a partir de referenciais transnacionais – como instrumento de interesse na defesa de um determinado projeto político. Especialmente a partir do início da década de 1920, José Eutrópio forjou ideias educacionais com base no que considerava necessidades da sociedade brasileira, como a proposta de organização da educação pública, fundamentada em projetos de inclusão racial. A identificação, exame, denúncia e combate ao “ódio de raças como método de ensino” presente no cotidiano das instituições escolares, para usar uma expressão sua, é um exemplo neste sentido.

Tenho me concentrado no estudo da originalidade e do vanguardismo dos projetos político-educacionais elaborados por José Eutrópio, procurando identificar neles aspectos que possam oferecer elementos para o debate sobre a dimensão pedagógica dos movimentos de solidariedade político-negra transnacional do início do século XX. Esses projetos propunham a defesa de princípios como obrigatoriedade, gratuidade, laicidade e coeducação escolares, o que os aproximava das finalidades político-ideológicas de outros movimentos de inovação e modernização educacional que ganharam corpo nas primeiras décadas do século XX. No entanto, também adotavam uma concepção de educação moral, considerada fundamental para o questionamento e a superação de estereótipos baseados em ideais raciais de inferioridade biológica das pessoas negras. Nesse sentido, podemos considerar que José Eutrópio foi um produtor e divulgador daquilo que Aderaldo Pereira dos Santos (2019) chamou de “antirracismo político-pedagógico”, ou seja, uma doutrina e um pensamento cujo fundamento filosófico se pautava na criação de normas sociais de inclusão racial e de denúncia e erradicação das formas de racismo no universo da educação formal na sociedade brasileira.

Estou interpretando este movimento político com o qual José Eutrópio esteve envolvido como um projeto de elaboração de uma "pedagogia engajada", segundo a interpretação de bell hooks (2017). Assim, a análise dos escritos deste educador brasileiro tem me levado a observar a escola brasileira, nas primeiras décadas do século XX, como um laboratório de produção de assimetrias raciais. Uma questão central em minhas pesquisas tem sido investigar em que medida a trajetória intelectual de José Eutrópio fornece elementos históricos para o debate sobre racialização, bem como para a compreensão do funcionamento desse mecanismo de poder e das suas dinâmicas na sociedade brasileira, especialmente nas relações de saber-poder das instituições de educação formal.

É possível pensar, a partir da inserção de José Eutrópio em movimentos transnacionais de solidariedade racial negra, em uma história das ideias pedagógicas de inclusão racial? Seus projetos políticos incluíam o incentivo à construção de uma cultura escolar voltada à inclusão racial? A escola e seus agentes deveriam atuar como meros transmissores neutros de uma ideologia e política cultural elaboradas por determinada intelectualidade negra (indivíduos, grupos ou instituições)? Ou deveriam ser espaços nos quais determinadas formas e culturas escolares de inclusão racial poderiam ser forjadas e disseminadas? Essas são algumas das indagações que têm norteado os atuais caminhos (e desafios) da pesquisa em curso.

A "imaginação radical negra" formulada por José Eutrópio, para usar um conceito de Saidiya Hartman (2022), produziu léxicos políticos e vocabulários comuns para os (e em meio aos) debates antirracistas que ganharam corpo em comunidades negras transnacionais no início do século XX, exercício que foi profundamente informado por culturas políticas compartilhadas por indivíduos negros espalhados em diferentes partes do Ocidente. Nesse sentido, essa "imaginação radical negra" foi "forjada a um só tempo desde a margem e a partir de dentro de uma experiência coletiva" (Silva, 2024).

Referências

13 DE MAIO. *Jornal do Comércio*, Juiz de Fora, p. 1, 13 mai. 1924.

ABREU, Martha. *Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Cíntia Borges de; SILVA, Marcelo Gomes da. Circulação de debates e práticas educativas no jornal "Correio de Minas" (1894-1914). *Educação: Teoria e Prática*, v. 24, n. 47, p. 23-41, 2014.

<https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol24.n47.p23-41>

ANDERSON, James D. *The Education of Blacks in the South, 1860-1935*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988.

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ASSOCIAÇÃO Mineira de Imprensa. *A Evolução*, Juiz de Fora, v. 33, p. 15, 30 dez. 1923.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

BARSON, Tanya; GORSCHLÜTER, Peter (orgs.). *Afro Modern: Journeys Through the Black Atlantic*. Liverpool: Tate Liverpool; New York: Harry N. Abrams, 2010.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BONFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem (o parasitismo social e evolução)*. Rio de Janeiro/Paris: Casa Garnier, 1905.

BONILLA-SILVA, Eduardo. Repensar o racismo: rumo a uma interpretação estrutural. *Revista de Teoria da História*, v. 26, n. 1, p. 256-283, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76858>. Acesso em: 06 out. 2025.

BRITO, Luciana da Cruz. *O avesso da raça: escravidão, racismo e abolicionismo entre os Estados Unidos e o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CUNHA, Olívia M. G. da. Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 257-288.

DAGBOVIE, Pero. *The Early Black History Movement, Carter G. Woodson, and Lorenzo Johnston Greene*. Urbana: University of Illinois Press, 2007.

DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

DU BOIS, W. E. B. The Conservation of Races. In: FONER, Philip S. (org.). *W. E. B. Du Bois Speaks: Speeches and Addresses 1890-1919*. New York: Pathfinders Press, 1970, p. 73-85.

EDWARDS, Brent Hayes. *The Practice of Diaspora: Literature, Translation, and the Rise of Black Internationalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

EUTRÓPIO, José. *Fatos e Notas*, Correio de Minas, Juiz de Fora, p. 1, 24 set. 1919.

EUTRÓPIO, José. *Pela Instrução*, Correio de Minas, Juiz de Fora, p. 1, 6 set. 1924a.

EUTRÓPIO, José. *Pela Instrução*, Correio de Minas, Juiz de Fora, p. 1, 24 mai. 1924b.

EUTRÓPIO, José. *Fatos e Notas*, Correio de Minas, Juiz de Fora, p. 1, 18 jan. 1924c.

FASSIN, Didier. Nem raça, nem racismo: o que racializar significa? In: MACHADO, Maria Helena P. Toledo; SCHWARCZ, Lilia (orgs.). *Emancipação, inclusão, exclusão: desafios do passado e do presente*. São Paulo: EDUSP, 2018, p. 51-72.

FRANCISCO, Flavio Thales Ribeiro. *O novo negro na diáspora: modernidade afro-americana e as representações sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2016.

GALANTE, Rafael; BITTENCOURT, Renata (orgs.). *Música e modernismos negros*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2024.

GATO, Matheus. Redescobrir W. E. B. Du Bois. *Revista Cult*, v. 28, n. 314, p. 1-6, 2025. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/redescobrir-w-e-b-du-bois/>. Acesso em: 06 out. 2025.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. 2. ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2012.

GIVENS, Jarvis R. "There Would Be No Lynching If It Did Not Start in the Schoolroom": Carter G. Woodson and the Occasion of Negro History Week, 1926-1950. *American Educational Research Journal*, v. 56, n. 4, 1457-1494, 2019. <https://doi.org/10.3102/0002831218818454>

GIVENS, Jarvis R. A Grammar for Black Education Beyond Borders: Exploring Technologies of Schooling in the African Diaspora. *Race, Ethnicity and Education*, v. 19, n. 6, p. 1288-1302, 2016. <https://doi.org/10.1080/13613324.2015.1103724>

GIVENS, Jarvis R. *Fugitive Pedagogy: Carter G. Woodson and the Art of Black Teaching*. Cambridge: Harvard University Press, 2021.

GOMES, Lindolfo. O nosso 13 de Maio, *O Pharol*, Juiz de Fora, p. 2, 14 mai. 1924.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2021.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HELLWIG, David J. (org.). *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

HOOKER, Juliet. *Theorizing Race in the Americas: Douglass, Sarmiento, Du Bois, and Vasconcelos*. New York: Oxford University Press, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KAPPEL, Marília Neto. *O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010. <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao10MariliaNetoKappel.pdf>

KING, LaGarrett J.; DAVIS, Christopher; BROWN, Anthony L. African American History, Race and Textbooks: An Examination of the Works of Harold O. Rugg and Carter G. Woodson. *Journal of Social Studies Research*, v. 36, n. 4, 359-386, 2012.

LEVINE, Lawrence. *Black Culture and Black Consciousness: Afro-American Folk Thought from Slavery to Freedom*. New York: Oxford University Press, 2007.

NASCIMENTO, Carlos Alexandre da Silva. *Representado o "novo" negro norte-americano: W. E. B. Du Bois e a revista The Crisis, 1910-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15012016-115117/publico/2015_CarlosAlexandreDaSilvaNascimento_VCorr.pdf

NÓBREGA, Dormevilly. *Prosadores*: coletânea volume I: Juiz de Fora. Juiz de Fora: FUNALFA, 1982.

NÓBREGA, Dormevilly. *José Eutrópio*: subsídios para uma biografia. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.

OLIVEIRA, Paulino de. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, v. 2, n. 2, p. 20-29, 1966.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

RIBEIRO, Jonatas Roque. O construir-se de sujeitos negros: José Eutrópio, trajetórias e agências negras no pós-abolição. *Afro-Ásia*, n. 69, p. 259-310, 2024b. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i69.58775>

RIBEIRO, Jonatas Roque; GONÇALVES, Wellington Carlos. A invenção do Brasil negro: intelectuais negros e sua produção cultural no pós-abolição. *PerCursos*, v. 25, p. e0101, 2024a. <https://doi.org/10.5965/19847246252024e0101>

RITTERHOUSE, Jennifer. *Growing up Jim Crow: How Black and White Southern Children Learned Race*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

ROLDÃO, Cristina; PEREIRA, José Augusto; VARELA, Pedro. *Tribuna Negra: origens do Movimento Negro em Portugal (1911-1933)*. Lisboa: Tinta da China, 2023.

SANTOS, Aderaldo Pereira dos. *Arma da educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. <https://ppge.educacao.ufrj.br/ppge-teses-2019.html>

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SCHAUB, Jean Frédéric. *Para uma história política da raça*. Lisboa: Tinta da China, 2022.

SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lília. Lima Barreto e a escrita de si. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 137-154, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0009>

SCHWARCZ, Lília. *Imagens da branquitude: a presença da ausência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SILVA, Fernanda Oliveira da. A relação sujeito-estrutura na História Social: apontamentos para analisar a "ideia de raça" nessa relação. *Oficina do Historiador*, suplemento especial, p. 1265-1277, 2014. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/19022>

SILVA, Fernanda Oliveira da. Pensamento-ação de mulheres negras do sul do Brasil borrando os limites da história intelectual, da educação e do pós-abolição. *Educação*, v. 49, n. 1, p. e128/1-27, 2024. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644487447>

SILVA, José Tadeu Júlio da. *José Eutrópio: com todas as letras*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SNYDER, Jeffrey Aaron. *Making Black History: The Color Line, Culture, and Race in the Age of Jim Crow*. Athens: University of Georgia Press, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

VEIGA, Cynthia Greive. *Subalternidade e opressão sociorracial: questões para a historiografia da educação latino-americana*. São Paulo: Editora da UNESP, 2022.

VERA, Eugenia Roldán; FUCHS, Eckhardt. O transnacional na história da educação. *Educação & Pesquisa*, v. 47, p. e470100301trad, 2021. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022021470100301trad>

VIDAL, Diana Gonçalves et al. Introduction. In: VIDAL, Diana Gonçalves et al. (orgs.). *Rethinking Centre-Periphery Assumptions in the History of Education: Exchanges Among Brazil, USA, and Europe*. New York: Routledge, 2024a, p. i-xx.

VIDAL, Diana Gonçalves. For a Polycentric History of Education: The Brazilian School Museum among Brazil, Portugal, and France (Late 19th Century). In: VIDAL, Diana Gonçalves et al. (orgs.). *Rethinking Centre-Periphery Assumptions in the History of Education: Exchanges Among Brazil, USA, and Europe*. New York: Routledge, 2024b, p. 154-174.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 271-294.

WOODSON, Carter G. *The Negro in Our History*. Washington, D.C.: The Associated Publishers, Inc., 1922.

Apoio ou financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (2022/15052-5).

Disponibilidade de dados de pesquisa: Todos os dados foram gerados/analísados no presente artigo.

Editora responsável - Editora chefe: Angela Scalabrin Coutinho.

Revisora: Viviane Silva dos Santos.

Como citar este artigo:

RIBEIRO, Jonatas Roque. "Educadores da raça": metáfora política da circulação transnacional de ideias de inclusão racial no início do século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 42, e98423, 2026. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.98423>

Recebido: 25/03/2025

Aprovado: 26/05/2025